



SINDICATO DOS MÉDICOS DO NORTE

SERVIÇOS JURÍDICOS

Tolerância de ponto dos dias 30 de novembro e 7 de dezembro de 2020

O SMN, confrontado com o pedido de esclarecimento dos médicos seus associados sobre a tolerância de ponto dos dias 30 de novembro e 7 de dezembro, vem esclarecer o seguinte:

O Decreto do Presidente da República n.º 59-A/2020, de 20 de novembro que renova a declaração do Estado de Emergência vem implementar novas medidas adaptadas à atual situação pandêmica e visando minorar “uma enorme pressão no SNS e no sistema de saúde em geral”.

Ora, desde logo, o corpo preambular deste decreto esclarece que as medidas a adotar, nomeadamente no que toca à tolerância de ponto, são no sentido de tentar evitar o aumento a que se tem assistido de infeção por COVID-19 e não reduzir ou diminuir ao sacrifício que é pedido aos trabalhadores médicos em matéria de tempo de trabalho e disponibilidade.

Efetivamente, da Presidência do Conselho de Ministros sai o Decreto n.º 9/2020 de 21 de novembro que vem regulamentar o Estado de Emergência decretado pelo Presidente da República.

Assim, no respetivo preâmbulo podemos ler:

“É concedida tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos, nos dias 30 de novembro e 7 de dezembro, ficando, neste período suspensas as atividades letivas e não letivas e formativas com presença de estudantes em estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos e do setor social e solidário de educação pré-escolar, básica, secundária e superior e em equipamentos sociais de apoio à primeira infância ou deficiência, bem como



SINDICATO DOS MÉDICOS DO NORTE

nos centros de formação de gestão direta ou participada da rede do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Nesses dois dias ficam, igualmente, suspensas as atividades em estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços localizados nos Concelhos de Risco Muito Elevado e Extremo no período compreendido entre as 15:00h e as 05:00h”.

Porém, a regulamentação, e no que toca aos profissionais de saúde quanto à tolerância de ponto, vem explicitada no respetivo artigo 22.º que diz o seguinte:

Artigo 22.º

Tolerância de ponto e suspensão de atividade letiva e não letiva

1 - É concedida tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos, nos dias 30 de novembro e 7 de dezembro.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os trabalhadores dos serviços essenciais referidos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual, que, por razões de interesse público, devam manter-se em funcionamento naquele período, em termos a definir pelo membro do Governo competente em razão da matéria, considerando-se trabalho suplementar o serviço prestado nestes dias.

3 - Sem prejuízo da continuidade e da qualidade do serviço a prestar, os dirigentes máximos dos serviços referidos no número anterior devem promover a equivalente dispensa do dever de assiduidade dos respetivos trabalhadores, em dia a fixar oportunamente e após a cessação de estado de emergência ou de calamidade.

4 - Neste período ficam igualmente suspensas as atividades letivas e não letivas e formativas em estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos e do setor social e solidário de educação pré-escolar, básica, secundária e superior e em equipamentos sociais de apoio à primeira infância ou deficiência, bem como nos centros de formação de gestão direta ou participada da rede do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Considerando o exposto e por referência ao Decreto-Lei 10-A/20 no seu artigo 10.º que se transcreve,



SINDICATO DOS MÉDICOS DO NORTE

Artigo 10.º

Trabalhadores de serviços essenciais

*1 - **São trabalhadores de serviços essenciais os profissionais de saúde**, das forças e serviços de segurança e de socorro, incluindo os bombeiros voluntários, e das forças armadas, os trabalhadores dos serviços públicos essenciais e de instituições ou equipamentos sociais de apoio aos idosos como lares, centros de dia e outros similares, de gestão e manutenção de infraestruturas essenciais.*

2 - [Revogado.]

3 - Os trabalhadores das atividades enunciadas no n.º 1 são mobilizados pela entidade empregadora ou pela autoridade pública.

4 - [Revogado.]

Fica por dirimir a questão do “interesse público”, sendo que essa fundamentação parece de fácil resolução no tocante ao SNS, particularmente aos médicos.

Assim:

Os trabalhadores médicos, quando escalados para prestar serviço nos dias abrangidos pela tolerância de ponto, não poderão recusar a prestação de trabalho efetivo sem prejuízo serem pagas essas horas, como trabalho suplementar.

Caso se verifique que estamos na presença de dois familiares médicos do mesmo agregado familiar (marido e mulher ou similar), a situação deve ser reportada aos respetivos serviços para que em conjunto obtenham uma solução consensual que exclua um dos trabalhadores médicos, nomeadamente, tratando-se de assistência a filhos menores ou equiparados.

O Departamento Jurídico do SMN

Porto, 24 de novembro de 2020